



Informativo - Ano XVIII Nº 102 - Palmas, Outubro de 2015

Mala Direta Postal
Básica
9912294773/2012-DR/TO
TCE/TO
CORREIOS

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Prefeitos recebem informações para implantação do Portal da Transparência

A Lei da Transparência determina que a administração pública divulgue ao cidadão informações como execuções orçamentárias e financeiras em tempo real. A obrigação está em vigor desde maio de 2013 para os municípios, mas, no Tocantins, diversas prefeituras e Câmaras Municipais não conseguiram, ainda, cumprir a legislação. Para mudar este cenário, o TCE/TO e parceiros promoveram encontros para orientar e alertar prefeitos e contadores sobre mais um prazo concedido para criação e implantação do Portal da Transparência. O novo prazo vence dia 12 de novembro. **Pág: 7.**

TCE Com Você na
Escola chega à
rede estadual de
ensino

Pág: 4

Decisões das
Câmaras da Corte
de agosto e
setembro

Págs: 8, 9, 10 e 11

Tribunal apoia
movimento
contra o câncer
de mama

Pág: 12



Palavra do Presidente

Nesta edição do Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, resolvemos começar nossa mensagem com duas perguntas direcionadas a você, leitor. Primeira: está indignado com os escândalos de corrupção que envolvem diferentes governos e partidos políticos? Se a resposta for sim, vamos ao segundo questionamento: o que você tem feito para ajudar a combater atos corruptos? Esse é o ponto da questão. Saiba que é possível ajudar a evitar esse mal com um simples gesto: participe da campanha “10 Medidas contra a Corrupção”.

A campanha foca na mudança na legislação para garantir que os criminosos sejam presos, fiquem na cadeia por mais tempo e devolvam o dinheiro desviado. O TCE/TO e o Ministério Público de Contas aderiram a esse movimento e estão focados na mobilização para que o maior número possível de pessoas preencha a ficha de assinatura. Leia a matéria da página 4 e saiba como fazer a sua parte.

Por falar em mobilização, a Corte de Contas também participa da empreitada em prol da prevenção ao

câncer de mama. No mês de outubro, o rosa passou a ser a nossa cor oficial. Presente na fachada, site, redes sociais e até na logomarca, o tom serviu de alerta para que as mulheres façam os exames preventivos. Além disso, arrecadamos produtos de higiene para doar à liga feminina de combate ao câncer.

Com relação aos assuntos mais técnicos, destacamos as oficinas para vereadores realizadas durante seis dias, com a oportunidade de esclarecer dúvidas e apresentar todos os mecanismos existentes em nosso site que possibilitam a fiscalização das contas públicas, como é o caso do e-contas. Os legisladores municipais aprenderam a utilizar o sistema, fazer buscas e acompanhar de perto, por exemplo, o processo de análise das contas consolidadas do prefeito.

Nesta edição também apresentamos uma nova ferramenta para emissão de boletos de quitação de multas. O jurisdicionado agora tem acesso direto ao documento, sem a necessidade de um cadastro prévio ou uso de *login* e senha. A mudança é boa para o fiscalizado e para a sociedade. O inte-

ressado pode regularizar sua situação no Tribunal com maior agilidade, já o cidadão, terá ainda mais transparência à sua disposição.

Por falar nisso, está chegando ao fim o limite estipulado no termo de cooperação para que os municípios tocantinenses disponibilizem na internet, em tempo real, as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. Até o dia 12 de novembro as prefeituras devem se adequar às leis da transparência e de acesso à informação e após esse prazo, os órgãos de controle aliados nesse trabalho passarão a fiscalizar o cumprimento das leis.

Entendemos que os Portais da Transparência são um importante meio para que o cidadão saiba como o seu dinheiro é utilizado pela gestão pública, e aqui voltamos ao foco das duas questões feitas no início desta conversa. Aproveite esse instrumento de cidadania e responda com enlevo: “sim, eu faço a minha parte, eu ajudo a fiscalizar”!

Cons. Manoel Pires dos Santos
Presidente

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Presidente

Manoel Pires dos Santos

Vice-presidente

Severiano José Costandrade de Aguiar

Corregedor

André Luiz de Matos Gonçalves

Conselheiros

José Wagner Praxedes

Napoleão de Souza Luz Sobrinho

Doris de Miranda Coutinho

Alberto Sevilha

Procuradora-geral de Contas

Litza Leão Gonçalves

Coordenador do Corpo Especial de

Auditores

Márcio Aluizio Moreira Gomes

Diretora geral de Controle Externo

Wellane Monteiro Dourado da Silva

Diretor geral de Adm. e Finanças

Marcelo Olímpio Carneiro Tavares

Diretor geral de Controle Interno

Juxson Alves Pereira

Diretora geral do Instituto de Contas

Marilda Piccolo

Chefe de Gabinete da Presidência

Flávio de Almeida Godinho

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável

Lauri Meyer

Edição

Vilmara Bianchi

Textos

Vilmara Bianchi

Dhenia Gerhardt

Alechandre Samir

Juliane Macêdo

Assistente

Paulo Marcos Pinto de Souza

Fotos: ASCOM - TCE/TO

Diagramação

Ronaldo Cordeiro de T. Gomes

Fábio Ferreira

Revisão: Marilda Piccolo

Impressão: Gráfica Nova Era

Tiragem: 3 mil exemplares

Distribuição gratuita

Assessoria de Comunicação

ascom@tce.to.gov.br

TCE/TO - Avenida Teotônio Segurado

102 Norte - Conj. 1, Lotes 1 e 2

CEP: 77.006-002 - Palmas - TO

Fone: (63) 3232 - 5800

Fax: (63) 3232 - 5835

www.tce.to.gov.br

twitter.com/tcetocantins

facebook.com/tcetocantins

Mais transparência:

Tribunal implanta ferramenta *on line* para emitir boletos de multas

A marca de um Tribunal moderno e transparente ganha mais um reforço na Corte de Contas tocan-tinense com a implantação de uma nova ferramenta *on line* no site do Tribunal de Contas do Tocantins.

A mudança agiliza a regularização dos jurisdicionados perante o TCE/TO e aumenta a transparência do órgão frente à sociedade, explica o coordenador do Cartório de Contas, Fernando Dias Arruda.

A partir de agora é possível emitir boletos de multas originadas das de-

cisões do Tribunal, sem as exigências anteriores de realizar cadastro prévio, usar *login* e senha. Com a nova ferramenta, o jurisdicionado pode ter acesso direto ao boleto clicando em “Multas/Emissão de Boletos”, localizado na página inicial do site.

Em seguida, é preciso colocar o nome, o CPF ou o número do processo de sua atribuição. Ao aparecer a decisão, o próximo passo é clicar em “detalhar” e, depois, se dá o *download* do boleto bancário e, ainda, consultar informações sobre o julgamento em

link do portal e-Contas.

O vencimento do boleto bancário fica marcado para o próximo dia útil. A retirada do processo da Emissão de Boletos ocorrerá três dias úteis após o pagamento efetivado.

O Cartório de Contas explica que a ferramenta ainda passa por ajustes e, caso seja detectada alguma informação divergente, solicita que seja feito o contato com a Coordenadoria do Cartório de Contas pelo telefone (63) 3232-5930 ou e-mail: cocar@tce.to.gov.br para que se possa proceder às correções.

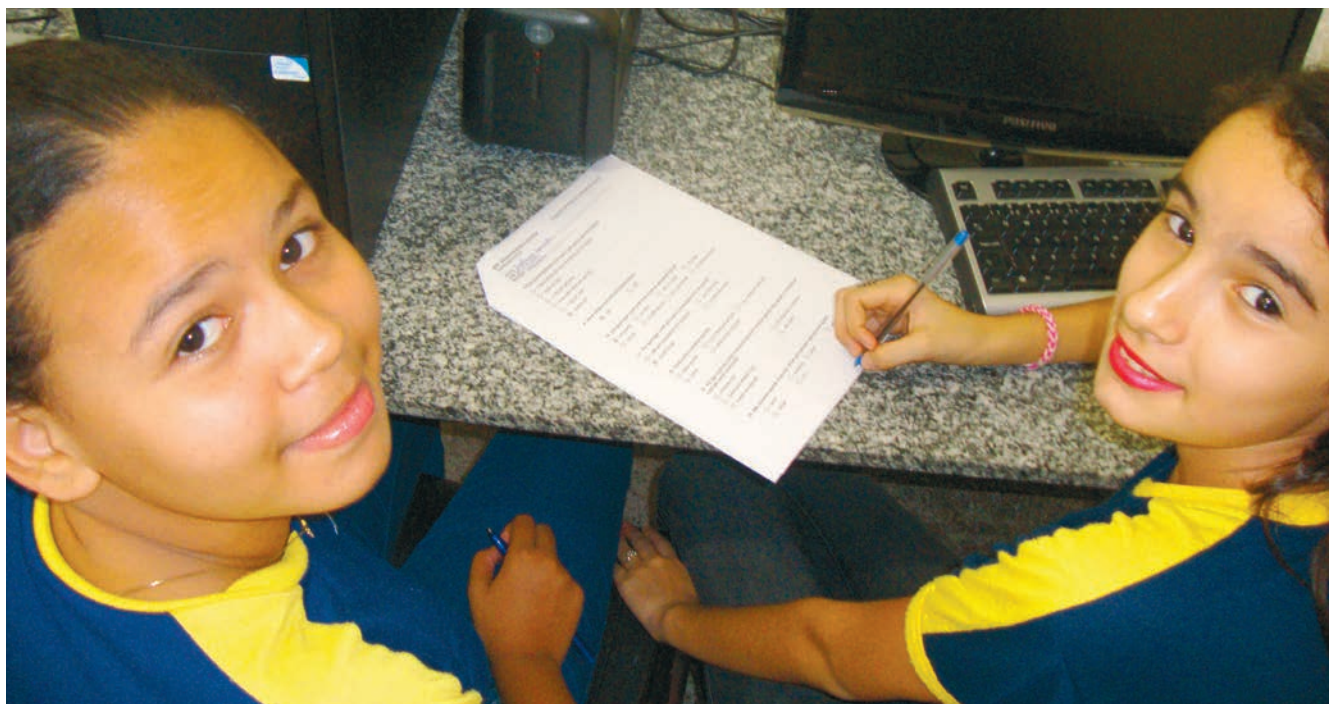
Como acessar a ferramenta



1 Entre no site do TCE/TO
(www.tce.to.gov.br)

2 Clique no link **Multas Emissão de Boletos**

TCE Com Você na Escola chega à rede estadual de ensino



Estudantes da escola Guilherme Dourado respondem questionários do Programa.



Programa TCE Com Você na Escola

Implantado em setembro de 2011 e regulamentado pela Instrução Normativa 04/2012, promove um acompanhamento detalhado das condições gerais em escolas de 6º ao 9º ano, como instalações físicas, merenda escolar, limpeza, segurança,

presença dos alunos, falta dos professores, e, também, registra as reivindicações dos diretores. O monitoramento utiliza técnicas da auditoria operacional, por meio de aplicação de questionários, entrevistas e inspeção in loco.



Depois das visitas nas escolas municipais do Tocantins, o Programa TCE Com Você na Escola, que objetiva analisar políticas públicas de educação, chega à rede estadual de ensino, dando início ao cronograma de 2015.

A equipe técnica fez sua primeira escala em Gurupi, no mês passado, ocasião em que visitou sete escolas estaduais, entre elas o Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral e a Escola Estadual Setor Aeroporto, onde foram ouvidos professores, funcionários, técnicos e a direção, além da participação dos alunos do 6º ao 9º ano.

Neste mês, o Programa visitou a região norte do Estado, em Araguaína. Dezenove escolas foram alvo de fiscalização.

A coordenadora de auditorias especiais do TCE/TO, Lígia Cássia Rocha Braga, explica que, em breve, serão divulgados os resultados do relatório obtidos por meio de consolidação e análise das informações levantadas e as respectivas recomendações aos estabelecimentos de ensino.

Além da coordenadora, fazem parte da equipe do programa os servidores Joel Ribeiro de Aguiar, Welber Mota Côvalo e Elza Regina Parreão de Freitas.

MPC e TCE/TO aderem à campanha 10 Medidas Contra a Corrupção



Procurador chefe da PGR/TO, Álvaro Manzano, agradeceu o apoio do MPC e TCE/TO à campanha

A procuradora de Contas, Raquel Medeiros Sales de Almeida, foi uma das primeiras pessoas, no Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), a assinar a lista de apoio à Campanha 10 Medidas Contra a Corrupção. “Os órgãos de controle, assim como toda a sociedade civil, devem apoiar essa iniciativa do MPF, assinando e ajudando a coletar o maior número possível de assinaturas”, frisou a procuradora.

A adesão do Ministério Público de Contas (MPC) e do TCE/TO à Campanha “10 Medidas Contra a Corrupção”, iniciativa nacional promovida pelo Ministério Público Federal, foi oficializada durante evento realizado no último dia 6.

Na ocasião, a procuradora-geral de Contas, Litza Leão Gonçalves, ressaltou que o objetivo é “que todos, conscientemente, participem da campanha e se comprometam para que juntos possamos colher as assinaturas necessárias para que esta lei se torne real e nós possamos extinguir a corrupção do nosso país”.

O procurador-chefe da Procuradoria Geral da República no Tocantins (PGR/TO), Álvaro Lotufo Manzano, agradeceu o acolhimento do MPC e do TCE/TO à campanha, que conta com apelo popular e foi pensada a partir do trabalho do órgão na operação Lava Jato. Ainda durante

fala, o procurador apresentou a meta da campanha, que é atingir 1 milhão e meio de assinaturas pelo país para serem entregues no Congresso Na-

cional e espera que, no Tocantins, sejam alcançadas 10 mil assinaturas, o que corresponde a 10% dos eleitores do Estado.



Procuradora de Contas assina lista de apoio

Campanha

A campanha é nacional, idealizada pelo MPF e pretende ter o apoio da população para um conjunto de providências legislativas, que busquem

penas mais severas para os crimes de corrupção, devolução do dinheiro desviado e sistema de Justiça mais eficiente.

Confira as 10 Medidas Contra a Corrupção

1. Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação;
2. Criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos;
3. Aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores;
4. Aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal;
5. Celeridade nas ações de improbidade

- administrativa;
6. Reforma no sistema de prescrição penal;
7. Ajustes nas nulidades penais;
8. Responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2;
9. Prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado;
10. Recuperação do lucro derivado do crime.

Vereadores participam de oficina

“Capacitações são de grande valia para nós que viemos de regiões mais afastadas”, avalia vereador de Nazaré

Em atendimento à demanda dos próprios vereadores, solicitada durante a Edição 2015 do Programa Agenda Cidadã, o Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), em parceria com a União dos Vereadores do Tocantins (UVET), promoveu a oficina “As-

pectos Práticos da Atuação da Câmara Municipal nas Atividades de Controle Externo: Controle e Transparência”.

A capacitação ocorreu de 19 a 26 de outubro. As turmas foram divididas de acordo com a abrangência geográfica das relatorias do TCE. A

oficina contou com representantes das câmaras de vereadores de todo Estado, ocasião em que foram disponibilizadas duas vagas para cada município, sendo uma para o presidente da casa e a outra para um vereador.



Conselheiro substituto do Tribunal de Contas, Moisés Vieira Labre, apresentou o Portal e-Contas aos legisladores

Oficina

Durante a capacitação, os legisladores tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre os sistemas eletrônicos do Tribunal, como SICAP (Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública), CADUN (Cadastro Único), SICOP (Sistema de Comunicação Processual) e Portal e-Contas.

O conselheiro substituto do Tribunal de Contas, Moisés Vieira Labre, destacou a importância dos vereadores conhecerem as suas verdadeiras atribuições “para que assim possam

realizar o papel de legislador da melhor forma possível”.

Avaliação

De norte a sul, a avaliação do evento foi positiva. O presidente da câmara de Nazaré, Valdoneis Ferreira da Silva, destacou: “Essas capacitações são de grande valia para nós que viemos de regiões mais afastadas. Eu estou gostando muito e aprendendo demais com este curso”.

O vereador de Nova Rosalândia, Erivaldo Alves dos Santos, presidente

da casa, também elogiou o curso: “de todas as palestras que participei, esta é a que mais vou levar conhecimento”.

O presidente da UVET e vereador de Tocantinópolis, Elson Ribeiro dos Santos, agradeceu e elogiou a iniciativa. “Quero destacar que a capacitação é de muito valor para nós vereadores, porque quanto mais conhecimento tivermos, melhor podemos cumprir o nosso papel de fiscalizar. Tivemos a oportunidade de conhecer as ferramentas do TCE que têm grande relevância no nosso trabalho”, finalizou.



Vereadores da região norte



Vereadores da região sul



Vereadores do Bico do Papagaio



Vereadores da região centro norte



Vereadores da região sudeste



Vereadores da região central

Encontro para prefeitos foca em implantação do Portal da Transparência

Municípios têm até 12 de novembro para cumprir legislação



Pres. Manoel Pires ressalta a importância da ação conjunta do TCE, ATM, CGU, CGE e MPE em prol da transparência dos municípios

A transparência e o acesso à informação estão previstos como direito do cidadão e dever do Estado na Constituição Federal e na Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/09). Mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11) reforçou esta obrigação dos gestores.

Com a finalidade de fazer cumprir a Lei da Transparência, que fixa a implantação do Portal da Transparência pela administração pública, o 2º Encontro sobre a Lei de Acesso à Informação e Transparência, promovido em setembro no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) alertou prefeitos e contadores, público-alvo da ação, quanto ao prazo final para cumprir a lei. Acordada entre gestores e órgãos de controle para implantação definitiva dos Portais da Transparência, a data final é 12 de novembro.

Diante de mais de 60 prefeitos, de contadores e de diversos técnicos responsáveis pela administração orçamentária dos municípios, o presiden-

te do TCE/TO, conselheiro Manoel Pires dos Santos, ressaltou a importância do debate, que contou com a iniciativa conjunta da Corte de Contas tocantinense, da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), Controladoria Geral da União (CGU), Controladoria Geral do Estado (CGE), Conselho Regional de Contabilidade (CRC/TO) e Ministério Público Estadual (MPE).

Compromisso

O presidente da ATM, João Emídio de Miranda, mencionou o compromisso das prefeituras tocantinenses em cumprir as leis, em vigor desde 16 de maio de 2012, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e determina que sejam disponibilizadas, em tempo real, informações pormenorizadas sobre todos atos, despesas e receitas dos municípios.

Em nome dos contadores dos municípios, o presidente da CRC/TO, Sebastião Célio Costa Castro, também assumiu a responsabilidade de cobrar dos contadores o prazo conce-

dido de 180 dias para a implantação do Portal da Transparência e demais cumprimentos das leis em tela.

Orientações

A diretora geral de Controle Externo do TCE/TO, Wellane Monteiro Dourado, orientou os presentes sobre as exigências da lei, no que se refere à transparência da gestão fiscal. A diretora explicou que a legislação determina que sejam disponibilizadas, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos municípios, dentre outras informações. Também evidenciou que os municípios estão sujeitos à suspensão de transferências voluntárias e aplicação de sanções aos gestores por improbidade administrativa caso não implantem o Portal da Transparência.

O chefe da CGU, Leonel Alves de Melo, enfatizou que, antes mesmo do Portal da Transparência, as gestões municipais devem possuir uma administração financeira e orçamentária equilibrada.

Ainda durante a programação, os técnicos do URBEM-Soluções em Gestão Pública, Ivone dos Santos Silva e Carlos André Oliveira, explicaram como funciona o sistema que é disponibilizado gratuitamente aos municípios pela ATM.

“Nós tivemos dificuldade na questão financeira para contratar técnicos qualificados para implantação do Portal da Transparência e com ajuda dos órgãos de controle e fiscalização como o TCE, ATM, CGE, CGU, CRC e MPE, podemos, por meio da nossa Associação, receber gratuitamente esse portal, com todo aporte necessário para que possamos prestar contas em tempo real de todo recursos da nossa prefeitura”.

Mais de 260 prestações de contas julgadas nos meses de agosto e setembro

Nas sessões da Primeira e Segunda Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), realizadas nos meses de agosto e setembro, foram julgadas mais de 260 prestações de contas de ordenadores de despesas.

Dos pareceres emitidos pelos conselheiros e conselheiros substitutos, 156

contas receberam o julgamento pela regularidade e regularidade com ressalvas e outras 110, pela irregularidade.

Entre os irregulares que receberam as maiores imputações de débitos, estão as contas das prefeituras de Aparecida do Rio Negro, de Santa Tereza do Tocantins e Augustinópolis, todas no exercício financeiro de 2012. R\$

1.045.614,61, R\$ 391.379,09 e R\$ 354.946,38 são os valores que os gestores dos municípios mencionados, respectivamente, terão que devolver aos cofres públicos. A Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2010, recebeu a quarta maior imputação de débito no período, no valor de R\$ 213.445,75.



As informações divulgadas sobre o julgamento das contas de ordenadores são baseadas na publicação das decisões no Boletim Oficial do Tribunal de Contas. Todos os casos citados foram ou são passíveis de recursos, de acordo com os prazos estipulados no Regimento Interno do TCE/TO.

2013

Irregulares			
Origem	Responsável	Multa	Imputação
Fundo de Saúde de Carmolândia	Alencarlos Batista Oliveira	R\$ 5.300,00	
Câmara de Lagoa do Tocantins	Valdineis Pereira Dias		
Agência Tocantinense de Saneamento	Edmundo Galdino da Silva	R\$ 4.396,88	R\$ 18.968,81
Câmara de Cariri do Tocantins	Ivonete Pereira da Silva	5% do valor do dano + de R\$ 4.500,00	R\$ 3.658,58

Regulares com ressalvas	
Origem	Responsável
Sec. de Planejamento e Finanças de Gurupi	João de Queiroz Neto
Sec. de Administração e Recursos Humanos de Palmas	Francisco Viana Cruz
Sec. de Educação e Cultura de Paraíso do Tocantins	Lizete de Sousa Coelho
Sec. de Infraestrutura e Serviços Públicos de Paraíso do Tocantins	Ademir Barboza Rego
Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	Constantino Magno Castro Filho
Sec. Municipal de Comunicação de Palmas	Raquel Oliveira de Souza Alencar
Sec. de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte de Palmas	Christian Zini Amorim
Sec. de Desenvolvimento Social de Palmas	Maria Luiza Felizola Leão Gomes
Sec. de Desenvolvimento Econômico de Paraíso do Tocantins	Ary de Araújo Arraes
Sec. de Administração de Paraíso do Tocantins	Rejane Cristina Camarço de Souza Lino, no período de 01/01 a 22/04, e Beatriz Augusto de Oliveira Costa, no período de 23/04 a agosto
Fundação de Ciência Tecnologia e Inovações de Palmas	Luiz Carlos Borges da Silveira
Câmara de Aliança do Tocantins	Gilvane Maria Costa

Regulares	
Origem	Responsável
Sec. de Transparência e Controle Interno de Palmas	Públio Borges Alves
Sec. das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano	Sandoval Lôbo Cardoso, 01/01 a 31/01, e Luís Antônio da Silva Ferreira, 01/02 a 24/02
Sec. Estadual de Habitação	Raimundo Nonato Frota Filho, 01/01 a 24/02
Sec. das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano	Raimundo Nonato Frota Filho, 25/02 a 31/12
Procuradoria Geral de Justiça	Vera Nilva Alvares Rocha Lira
Prefeitura Municipal de Monte do Carmo	Gilvane Pereira Amaral
Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Rodrigo Alexandre Gomes de Oliveira

2012

Irregulares			
Origem	Responsável	Multa	Imputação
Câmara de Araguañã	Cícero Dias da Silva	R\$ 3.500,00	
Prefeitura de Santa Rosa do Tocantins	Domingos Ferreira dos Santos	10% do débito + R\$ 2.500,00	R\$ 83.345,06
Prefeitura de Santa Tereza do Tocantins	Trajano Pereira Neto	R\$ 39.137,90	R\$ 391.379,09
Prefeitura de Abreulândia	Gilmar Eldo de Andrade, 01/01 a 26/03 ¹ , e Cicero Lopes de Figueiredo, 26/03 a 31/12 ²	R\$ 12.572,50 ¹ e R\$ 5.000,00 ²	R\$ 75.725,00 ¹
Prefeitura de Centenário	Antônio dos Reis da Silva Figueiredo	R\$ 4.000,00	
Prefeitura de Divinópolis do Tocantins	Edimar Alves de Sá	R\$ 11.574,65	R\$ 25.746,48
Prefeitura de Guaraí	Milton Alves da Silva	R\$ 17.000,00	
Prefeitura de Recursolândia	Francisco Alves da Silva	R\$ 11.500,00	
Prefeitura de Santa Maria do Tocantins	José Araújo Pimentel	R\$ 13.368,13	R\$ 63.681,25

Câmara de Santa Maria do Tocantins	Domingos Rosa Botelho Pinheiro	R\$ 4.835,00	R\$ 18.350,00
Câmara de Bernardo Sayão	José Eustáquio de Melo	R\$ 500,00	
Câmara de Filadélfia	José Wilson Guimarães de Castro	5% do valor atualizado do dano apurado + R\$ 3.500,00.	R\$ 9.050,00
Fundo de Saúde de Araguañã	Nayra Barros Fonseca	R\$ 3.000,00	
Fundo de Saúde de Abreulândia	José Lopes de Sousa, 01/01 a 10/04 ¹ , e Zulmirane Soares Lima, 10/04 a 31/12/2012 ²	R\$ 8.000,00 ¹ e R\$ 2.000,00 ² .	
Prefeitura de Aparecida do Rio Negro	Pedro Luiz de Carvalho Neto	10% do valor do débito + R\$ R\$ 6.792,78	R\$ 1.045.614,61
Câmara de Barrolândia	Fabício Rangel Ferreira de Moraes	R\$ 3.396,38	
Câmara de Miracema do Tocantins	Carlos Alberto Alves Miranda	R\$ 3.396,38	R\$ 1.734,20
Câmara de Santa Tereza do Tocantins	Antônio José de Sousa Lima	R\$ 3.396,38	
Sec. de Administração de Paraíso do Tocantins	Valdeni Martins Brito	R\$ 3.396,38	R\$ 34.394,31
Sec. de Infraestrutura e Serviços Públicos de Paraíso do Tocantins	Almeida Rios Moreira Junior	R\$ 3.396,38	R\$ 6.645,92
Fundo de Saúde de Miracema do Tocantins	Maria Sônia Oliveira de Souza	R\$ 10.189,14	R\$ 37.755,00
Fundo de Saúde de Paraíso do Tocantins	Luiz Carlos de Oliveira Alves	R\$ 3.396,38	
Prefeitura de Araguañã	Noraldino Mateus Fonseca	R\$ 6.000,00	
Prefeitura de Babaçulândia	Alcides Filho Rodrigues	R\$ 6.000,00	
Câmara de Goiatins	Vinicius Donover Gomes, 01/01 a 01/03 ¹ , José Karcer Cassiano Ribeiro, 02/03 a 31/12 ²	R\$ 1.000,00 ¹ R\$ 4.500,00 ²	
Fund. de Ensino Superior de Colinas do Tocantins	José Alberto de Bastos	R\$ 3.000,00	
Fundo de Saúde de Carmolândia	Adelço Martins dos Santos	R\$ 2.000,00	
Fundo de Saúde de São Valério da Natividade	Maria José Rodrigues de Abreu Faria	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Araguatins	Francisco da Rocha Miranda	R\$ 28.652,15	R\$ 65.521,47
Prefeitura de Gurupi	Alexandre Tadeu Salomão Abdalla	R\$ 500,00	
Câmara de Araguaçu	Nelson Ned Nascimento Alves	R\$ 4.170,06	R\$ 11.706,00
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Colinas	Marly Isolina Gonçalves Berlanda	R\$ 2.500,00	
Câmara de Presidente Kennedy	Luismar Wanderley dos Santos	R\$ 2.000,00	

Prefeitura de Bandeirantes do Tocantins	Coraci Lima Marques	R\$ 8.000,00	
Prefeitura de Juarina	Antônio Pereira da Silva	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Arapoema	Baltazar Rodrigues	R\$ 13.000,00	
Prefeitura de Carmolândia	Jovercy Ribeiro Martins	R\$ 11.000,00	
Fundo de Saúde de Colinas	Maria Aldilene Santiago de Oliveira	R\$ 7.000,00,	
Câmara de Pium	José Cruz dos Santos	R\$ 10.378,50	R\$ 3.785,00
Fundo de Saúde de Gurupi	Sebastião de Oliveira Martins, 10/04 a 31/12	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Augustinópolis	Maria do Carmo de Alcântara Silva	R\$ 41.047,32	R\$ 354.946,38
Gabinete do Prefeito de Paraíso do Tocantins	José Rodrigues da Silva	R\$ 3.396,38	R\$ 65.200,00
Prefeitura de Pau D'Arco	Edimar Alves Pinheiro	10% do valor do dano + R\$ 22.000,00	R\$ 11.178,00
Prefeitura de Xambioá	Ione Santiago Leite	10% do valor do débito + R\$25.000,00	R\$6.547,55
Prefeitura de Wanderlândia	Ednilson Guimarães de Sousa	10% do valor do débito + R\$ 33.963,89	R\$ 178.157,35
Prefeitura de São Sebastião	Claudiney de Oliveira da Conceição	R\$ 6.700,00	
Prefeitura de Palmeiras	Anisse Alves de Sousa	R\$ 7.100,00	
Fundo de Saúde de Presidente Kennedy	Fábio Pereira Coimbra	5% do valor do dano + R\$ 6.000,00	R\$ 80.866,12
Fundo de Saúde de Lagoa da Confusão	Gildo Luiz Vieira, 01/01 a 19/08, e Karynne Miranda Pereira, 20/08 a 31/12	R\$ 1.000,00 ¹ e R\$ 1.000,00 ²	
Prefeitura de Sampaio	Luiz Anacleto da Silva	R\$ 9.300,00	

Regulares com Ressalvas	
Origem	Responsável
Prefeitura de Araguaína	Félix Valuar de Souza Barros
Prefeitura de Itaporã	Jonas Carrilho Rosa
Câmara de Itaporã	Aldeon Sousa Gomes
Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Rodrigo Alexandre Gomes de Oliveira
Câmara de Cachoerinha	João Moreira do Nascimento
Câmara de Monte Santo	Longônio Dias Alves
Sec. Municipal de Assuntos Jurídicos de Palmas	Antônio Luiz Coelho
Sec. Municipal de Habitação de Palmas	Gustavo Bottos de Paula
Sec. Municipal de Des. Rural de Palmas	Unilson Ferreira de Brito
Sec. Municipal de Governo e Relações Inst. de Palmas	Hilton Faria da Silva
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico de Paraíso	Renato Buzolin
Prefeitura de Itacajá	Manoel de Souza Pinheiro
Câmara de Recursolândia	Antônio Neto Bastos de Araújo
Câmara de Marianópolis do Tocantins	João Guimarães de Souza

Sec. de Des. Social de Palmas	Robledo D´Montalverde da Silva Suarte
Sec. Estadual da Fazenda	José Jamil Fernandes Martins
Sec. Municipal de Finanças de Palmas	Adjair de Lima e Silva
Prefeitura de Brasilândia	João Emídio Felipe de Miranda
Câmara de Goianorte	José Helenilson Resplandes Araújo
Recursos sob a Supervisão da SEPLAN	José Eduardo Siqueira Campos, de 01/01 a 06/03, Vanda Maria Gonçalves Paiva, 07/03 a 12/08, e Francisco Martins de Araújo Neto, 13/08 a 31/12
Unidade Supervisionada de Palmas	Adjair de Lima e Silva
Prefeitura de Pequizeiro	Arlete José Pereira do Nascimento
Fundação Cultural do Estado do Tocantins	Kátia Terezinha Coelho da Rocha
Câmara de Peixe	Joana Pereira da Cruz Rodrigues
Prefeitura de Aguiarnópolis	José Rubens Cabral
Câmara de Santa Fé do Araguaia	Adelbanio Ferreira da Silva
Prefeitura de Dueré	Nélio Rodrigues Lopes de Araújo
Câmara de Itacajá	Ivaneide Cirqueira de Souza Porto
Câmara de Darcinópolis	Maria Ivoneide Conceição da Silveira
Sec. Municipal de Assistência Social de Paraíso Tocantins	Lucimar da Silva Tavares
Prefeitura de Tupirama	Orlei Brito Alves
Câmara de Pau D'Arco	Jorge Sakai
Prefeitura de Peixe	Neila Pereira dos Santos
Agência de Desenvolvimento Turístico/ADTUR	Lúcio Flavo Marine Adorno, 01/01 a 18/07, Nazareth Martins de Souza, 17/07 a 10/10, e Paulo Henrique Ferreira Massuia, 11/10 a 31/12
Câmara de Rio da Conceição	Josemilsom Vieira Macedo
Sec. Municipal de Saúde de Palmas	Zenóbio Cruz da Silva Arruda Júnior

Regulares	
Origem	Responsável
Prefeitura de Talismã	Miriam Salvador Costa Ribeiro

2011

Irregulares			
Origem	Responsável	Multa	Imputação
Prefeitura de Babaçulândia	Alcides Filho Rodrigues	R\$ 7.823,75	R\$ 3.237,50
Prefeitura de Pequizeiro	Arlete José Pedreira do Nascimento	R\$ 10.000,00	
Fundo de Saúde de Bernardo Sayão	Wires dos Reis Santos	R\$ 2.000,00	
Câmara de Lavandeira	Almy Pereira Bastos	10% do valor do débito + R\$ 500,00	R\$ 16.491,09
Fund. de Ensino Superior de Colinas do Tocantins	José Alberto de Bastos	R\$ 5.498,75	
Prefeitura de Silvanópolis	Bernardo Siqueira Filho	10% do valor do débito + R\$ 3.900,00	R\$ 11.413,03
Prefeitura de Araguanã	Noraldino Mateus Fonseca	5% do valor do dano + R\$ 20.000,00	R\$ 20.414,29
Fundo de Saúde de Abreulândia	José Lopes de Sousa	R\$ 6.000,00	R\$ 105.540,17

Prefeitura de Almas	Leonardo Sette Cintra	10% do valor do débito + R\$ 7.700,00	R\$ 79.032,51
Prefeitura de Buriti do Tocantins	Alvimar Cayres Almeida	R\$ 12.487,95	R\$ 3.845,18
Prefeitura de Combinado	Manoel Rebouças de Oliveira	R\$ 4.200,00	
Prefeitura de Lagoa do Tocantins	Jucélio Lustosa de Sousa	10% do valor do débito + R\$ 2.300,00	R\$ 16.266,50
Prefeitura de Cariri do Tocantins	Almir Augusto de Lima	R\$ 5.000,00	
Prefeitura de Figueirópolis	José Fontoura Primo	R\$ 5.804,67	R\$ 8.046,74
Prefeitura de São Salvador do Tocantins	Denival Gonçalves da Cruz	R\$ 5.000,00	
Prefeitura de Novo Alegre	Wilson Souza e Silva	10% do valor do débito + R\$ 5.500,00	R\$ 14.600,00
Fundo de Saúde de Arraias	Cleber Flávio de Paula Teixeira	10% do valor do débito + R\$ 500,00	R\$ 36.600,00
Fundo de Saúde de Taipas do Tocantins	Selma Rodrigues Godinho	10% do valor do débito + R\$ 2.100,00	R\$ 2.679,74
Prefeitura de Aragominas	Antônio Mota	R\$ 21.000,00	
Câmara de Cariri do Tocantins	Arivan Alves de Oliveira	R\$ 1.484,62	R\$ 14.846,28
Câmara de Juarina	Adenair Batista de Almeida	5% do valor atualizado do dano + R\$ 10.000,00.	R\$ 1.800,00
Câmara de Araguanã	José Batista Alves de Araújo, de 22/02 a 15/07 ¹ , e Cícero Dias da Silva, 16/07 a 31/12 ²	R\$ 2.500,00 ¹ e 30% do valor do dano + R\$ 2.000,00 ²	RS 630,00 ¹
Fundo de Campos Lindos	Valmir Resplandes Mendonça	R\$ 3.500,00	
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Colinas	Marly Isolina Gonçalves Berlanda	R\$ 3.000,00	
Fundo de Saúde de Gurupi	José Henrique Marinho de Oliveira	R\$ 15.513,77	R\$ 55.137,78
Prefeitura de Taipas do Tocantins	Orlando Proência	10% do valor do débito + R\$ 6.100,00	R\$ 18.765,62
Fundo de Saúde de Brejinho de Nazaré	Elismar Pereira Alves	10% do valor do débito + R\$ 1.000,00	R\$ 10.415,54
Fundo de Saúde de Monte do Carmo	Gilvane Pereira Amaral	10% do valor do débito + R\$ 1.000,00	R\$ 1.537,66
Fundo de Saúde de Praia Norte	Iderlan Borges Pinheiro	R\$3.767,48.	R\$ 17.674,85
Prefeitura de Itaporã	Jonas Carrilho Rosa	5% do valor do dano + R\$ 5.000,00	R\$ 27.564,74
Prefeitura de Presidente Kennedy	Maria Dalva Medeiros de Sousa	R\$ 2.000,00	

Prefeitura de Arapoema	Baltazar Rodrigues	5% do valor do dano + R\$ 33.963,89	R\$ 22.040,42
Prefeitura de Bandeirantes	Coraci Lima Marques	5% do valor do dano + R\$ 3.396,38	R\$ 117.396,68
Prefeitura de Muricilândia	Jair Luiz Montes	R\$ 6.792,76	
Fundo de Saúde de Aragominas	Aderley Previato Trindade	R\$ 5.000,00	
Câmara Municipal de Piraquê	Vilmar Rocha de Oliveira	R\$ 1.698,19	
Prefeitura de Pindorama do Tocantins	Marionisce Gaspar Ribeiro	10% do valor do débito + R\$ 2.500,00	R\$ 3.500,00
Câmara de Esperantina	José Rivanildo Borges da Silva	R\$ 3.277,50	R\$ 6.387,50
Fundo de Previdência Social dos Servidores de Taguatinga	Percival de Abreu Carvalho	R\$ 839,63	
Câmara de Miranorte	Francisco Gaspar Souza da Cruz	R\$ 6.110,00	R\$ 61.100,00
Fundo de Saúde de Colinas do Tocantins	Maria Aldilene Santiago de Oliveira	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Porto Nacional	Teresa Cristina Venturini Martins	R\$ 3.500,00	
Prefeitura de Monte do Carmo	Gilvane Pereira Amaral	10% do valor do débito + R\$ 1.000,00	R\$ 27.308,31
Fundo de Saúde de Ponte Alta do Tocantins	Sheyla Maia Barros Pereira	10% do valor do débito + R\$ 1.400,00	R\$ 977,79
Fundo de Saúde de Lagoa do Tocantins	Nizan Pereira de Sousa	10% do valor do débito + R\$ 2.600,00	R\$ 3.133,59
Prefeitura de Tocantinópolis	Fabion Gomes de Sousa	R\$ 23.663,46	R\$ 15.317,28
Fundo de Saúde de Esperantina	Maria Zeliene Brito dos Santos, 01/01 a 22/02 ¹ , e Yatha Anderson Pereira Maciel, 23/02 a 31/12 ²	R\$ 3.399,02 ¹ e R\$ 5.279,00 ²	R\$ 5.335,02 ¹
Prefeitura de Brejinho de Nazaré	Luiz Antônio Alves Saquetim, 07/05 a 31/12	10% do valor do débito + R\$ 1.500,00	R\$ 7.764,00
Câmara de Brejinho de Nazaré	Jovismar Lourenço das Neves	10% do valor do débito + R\$ 1.500,00	R\$ 1.900,00
Câmara de Arraias	Alldo Eloi Silva Ramalho	10% do valor do débito + R\$ 500,00	R\$ 20.214,28

Regulares com Ressalvas	
Origem	Responsável
Prefeitura de Recursolândia	Francisco Alves da Silva
Fundação Universidade do Tocantins/UNITINS	Joaber Divino Macedo
Câmara de Palmeirante	Adiel Leal Feitosa
Prefeitura de Sampaio	Luiz Anacleto da Silva
Câmara de Combinado	Jefelson Belo
Sec. Municipal de Finanças de Palmas	Adjair de Lima e Silva
Sec. Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos de Palmas	José Hermes Rodrigues Damaso

Sec. Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Paraíso	Almeida Rios Moreira Jr.
Sec. Municipal de Assistência Social de Paraíso do Tocantins	Lucimar da Silva Tavares
Câmara de Babaçulândia	Raimundo Nonato Rodrigues Viana
Sec. de Desenvolvimento Econômico; Turismo, Ciência e Emprego de Palmas	José Arcanjo Pereira Júnior
Previdência Social de Palmas	Marly Coutinho Aguiar
Câmara de Itaporã do Tocantins	Aldeon Sousa Gomes
Prefeitura de Pium	Nilton Bandeira Franco
Câmara de Aurora do Tocantins	Sharlys Divino de Sousa Tavares
Câmara de Chapada da Natividade	Sebastião das Dores Pinto dos Santos
Sec. Municipal de Desenvolvimento Rural de Palmas	Joel Dias Borges
Câmara de Araguañã	José Geraldo Pereira, no período de 01/01/ a 21/02
Prefeitura de Porto Alegre do Tocantins	Edvam Pereira Nepomoceno Souza
Câmara de Mateiros	Avany dos Santos Alecrim
Sec. Municipal de Habitação de Palmas	Kenniane Lenir Nogueira Carvalho Barreira
Prefeitura de Brejinho de Nazaré	Miyuki Hyashida, no período de 01/01/2011 a 06/05/2011

2010

Irregulares			
Origem	Responsável	Multa	Imputação
Prefeitura de Colinas do Tocantins	José Santana Neto	5% do valor do dano + R\$ 22.000,00	R\$ 2.750,00
Prefeitura de Aragominas do Tocantins	Antônio Mota	5% do valor do do dano + R\$ 19.000,00	R\$ 100.869,64
Sec. da Comunicação do Estado do Tocantins	Francisco Mateus da Silva Júnior	R\$ 38.244,57	R\$ 213.445,75
Prefeitura de Porto Nacional	Teresa Cristina Venturini Martins	10% do valor do débito imputado + R\$ 2.179,26	R\$ 22.100,00
Fundação Universidade Regional de Gurupi/UNIRG	Marcus Geraldo Sobreira Peixoto, 01/01 a 17/06 ¹ , e Celma Mendonça Milhomem Jardim, presidente 18/06 a 31/10 ²	R\$ 10.000,00 ¹ e R\$ 5.000,00 ²	

Regulares com Ressalvas	
Origem	Responsável
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins	Adelmo Vendramini Campos
Câmara de Cachoeirinha	Erisvaldo Resplande de Araújo
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Admivair Silva Borges
Sec. de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins	Maria Fernanda Varanda Carneiro

2009

Irregulares			
Origem	Responsável	Multa	Imputação
Prefeitura de Wanderlândia	Ednilson Guimarães de Sousa	R\$ 8.959,00	

TCE/TO apoia campanha Outubro Rosa pelo terceiro ano consecutivo



Aplicação do Laço, símbolo da campanha, no prédio do TCE/TO



Lançamento ocorreu durante sessão Plenária

O Outubro Rosa é um movimento mundial que começou na Califórnia (EUA) há 18 anos e tem crescido na busca de conscientizar a sociedade em torno do diagnóstico precoce do câncer de mama. Pelo terceiro ano consecutivo, o Tribunal de Contas do Tocantins apoia o movimento. A adesão oficial à campanha Outubro Rosa ocorreu durante Sessão Plenária, no último dia 7.

O presidente do TCE/TO, conselheiro Manoel Pires dos Santos, res-

saltou a relevância da campanha e fez um alerta quanto à importância da prevenção à doença. A presidente da Liga Feminina, Edneide Cardoso Pontes, parabenizou e agradeceu a iniciativa do Tribunal. “Obrigada por estarem conosco nessa luta pela conscientização da população da importância da preven-



Servidoras aderem ao movimento

ção, que ainda é a forma mais eficiente de luta contra o câncer.”

A realização da campanha é uma parceria com a Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Arrecadação

Durante todo o mês, o Tribunal de Contas está arrecadando itens de higiene pessoal que serão doados para a Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Iluminação

O prédio do TCE recebeu iluminação especial e um laço símbolo na cor rosa, símbolo da Campanha.



Iluminação rosa alerta sobre a prevenção ao câncer de mama

INFORMATIVO TCE / TO

Assessoria de Comunicação

Avenida Teotônio Segurado, 102 N, cj. 01, lotes 01 e 02, Caixa Postal 6 · CEP 77006-002
Palmas - TO · Fone: (63) 3232-5837